

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	12
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

Comentário do Desempenho	15
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	63
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2019	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2019	Ordinária		1,93168
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2019	Dividendo	28/08/2019	Ordinária		0,20269

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	60.003.255	58.677.741
1.01	Ativo Circulante	15.505.349	16.409.154
1.01.01	Disponibilidades	138.500	133.428
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.220.699	7.779.984
1.01.02.01	Aplicação no Mercado Aberto	6.129.292	7.626.446
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	91.407	153.538
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.772.230	1.296.313
1.01.03.01	Carteira Própria	1.627.165	701.750
1.01.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	145.065	585.664
1.01.03.03	Vinculados a Prestação de Garantias	0	8.899
1.01.04	Relações Interfinanceiras	597.128	502.579
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	102.832	1.362
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	493.431	500.019
1.01.04.03	Correspondentes	865	1.198
1.01.06	Operações de Crédito	4.359.170	4.268.172
1.01.06.01	Setor Público	85.201	185.614
1.01.06.02	Setor Privado	4.655.022	4.429.321
1.01.06.03	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-381.053	-346.763
1.01.08	Outros Créditos	2.384.345	2.402.198
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	920.079	868.658
1.01.08.02	Rendas a Receber	17.223	15.938
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	20	12
1.01.08.04	Diversos	1.499.239	1.528.319
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-52.216	-10.729
1.01.09	Outros Valores e Bens	33.277	26.480
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	19.759	15.868
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-3.276	-632
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	16.794	11.244
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.266.424	42.026.807
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	37.369.799	35.077.031
1.02.02.01	Carteira Própria	35.426.069	33.398.598
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.358.550	1.238.171
1.02.02.03	Vinculados a Prestação de Garantias	579.308	440.262
1.02.02.04	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	5.872	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	73.687	70.581
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	73.687	70.581
1.02.05	Operações de Crédito	4.557.110	4.774.644
1.02.05.01	Setor Público	409.968	429.654
1.02.05.02	Setor Privado	4.429.430	4.615.157
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-282.288	-270.167
1.02.07	Outros Créditos	2.265.828	2.104.551
1.02.07.01	Diversos	2.293.239	2.132.399
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.411	-27.848
1.03	Ativo Permanente	231.482	241.780

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.03.01	Investimentos	1.592	1.591
1.03.01.01	Dependências no Exterior	6.878	6.877
1.03.01.02	Participações em Controladas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	229.327	220.241
1.03.04	Intangível	563	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	60.003.255	58.677.741
2.01	Passivo Circulante	13.864.773	16.288.477
2.01.01	Depósitos	6.087.564	6.750.628
2.01.01.01	Depósitos a Vista	359.322	328.683
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.442.596	2.433.765
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.360.800	1.559.993
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	1.924.846	2.428.187
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.353.462	1.372.662
2.01.02.01	Carteira Própria	1.353.462	1.227.897
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	0	144.765
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	117.951	1.311.459
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias Hipot. de Crédito e Similares	117.951	162.276
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	1.149.183
2.01.04	Relações Interfinanceiras	87.554	316
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	87.554	316
2.01.05	Relações Interdependências	11.814	8.108
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	8.793	7.996
2.01.05.02	Transferência Internas de Recursos	3.021	112
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	946.050	900.437
2.01.06.01	Empréstimo no Exterior	946.050	900.437
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	118.191	131.908
2.01.07.01	Tesouro Nacional	276	162
2.01.07.02	BNDES	102.189	113.476
2.01.07.03	FINAME	15.726	18.270
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	117.257	168.656
2.01.09	Outras Obrigações	5.024.930	5.644.303
2.01.09.01	Cobrança de Arrecadação de Tributos e Assemelhados	110.132	1.477
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	3.570	5.319
2.01.09.03	Sociais Estatutárias	67.830	179.662
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	729.086	594.593
2.01.09.05	Negociação de Valores e Bens	153	153
2.01.09.06	Fundos Financieros e de Desenvolvidos	1.450.460	2.357.803
2.01.09.07	Diversas	2.663.699	2.483.705
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	21.591
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	41.063.447	38.176.385
2.02.01	Depósitos	6.748.733	6.063.633
2.02.01.03	Depósito a prazo	6.748.733	6.063.633
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	9.225	8.819
2.02.02.01	Carteira Própria	9.225	8.819
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.068.771	1.090.110
2.02.07.01	Tesouro Nacional	221	320
2.02.07.02	BNDES	1.031.237	1.041.974
2.02.07.03	FINAME	37.313	47.816
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	386.775	411.946
2.02.09	Outras Obrigações	32.849.943	30.601.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.09.01	Fiscais Previdenciárias	335.333	115.998
2.02.09.02	Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	23.749.511	23.114.932
2.02.09.03	Dívida Subordinada Elegíveis a Capital	2.503.628	2.369.446
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.801.040	1.000.000
2.02.09.05	Diversas	4.460.431	4.001.501
2.05	Patrimônio Líquido	5.075.035	4.212.879
2.05.01	Capital Social Realizado	3.813.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	13.934	13.979
2.05.03.01	Ativos Próprios	13.934	13.979
2.05.04	Reservas de Lucro	1.896.401	2.277.391
2.05.04.01	Legal	344.930	307.691
2.05.04.02	Estatutária	1.551.471	1.969.700
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-913.585	-950.962
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-913.585	-950.962
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	265.285	28.471

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.483.115	4.340.245	1.304.071	3.972.910
3.01.01	Operações de Crédito	671.671	1.990.963	440.568	1.372.095
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	693.857	2.102.061	714.493	2.063.040
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	0	47.343	57.668	213.887
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	111.227	180.713	85.133	305.171
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.360	19.165	6.209	18.717
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-850.919	-2.461.405	-915.262	-2.875.657
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-203.562	-693.216	-274.225	-838.406
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-553.026	-1.457.359	-569.572	-1.741.641
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-94.331	-310.830	-71.465	-295.610
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	632.196	1.878.840	388.809	1.097.253
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-103.274	-182.597	-25.962	-297.740
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	694.636	1.972.396	629.088	1.846.047
3.04.02	Despesas de Pessoal	-498.009	-1.497.799	-490.699	-1.433.689
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-331.229	-952.718	-289.828	-922.520
3.04.04	Despesas Tributárias	-91.427	-269.462	-76.330	-229.582
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	472.773	1.513.049	465.426	1.413.003
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-350.018	-948.063	-263.619	-970.999
3.05	Resultado Operacional	528.922	1.696.243	362.847	799.513
3.06	Resultado Não Operacional	-2.336	-5.655	284	2.507
3.06.01	Receitas	1.250	22.570	1.845	7.296
3.06.02	Despesas	-3.586	-28.225	-1.561	-4.789
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	526.586	1.690.588	363.131	802.020
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-181.569	-433.175	-72.232	-309.283
3.09	IR Diferido	24.922	-96.367	-67.445	-23.405
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-20.702	-67.032	-11.538	-25.598
3.10.01	Participações	-20.702	-67.032	-11.538	-25.598

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	349.237	1.094.014	211.916	443.734
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,04346	12,66646	2,45356	5,13753

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	349.237	1.094.014	211.916	443.734
4.02	Outros Resultados Abrangentes	81.998	35.035	-44.067	100
4.02.01	Ajsute de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	137.388	666.922	-72.277	-178.245
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-54.953	-266.134	28.694	66.781
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	25	-3.903	-146	176
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-10	1.561	26	-136
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-754	-605.685	-605	185.875
4.02.06	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	302	242.274	241	-74.351
4.03	Resultado Abrangente do Período	431.235	1.129.049	167.849	443.834

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.175.059	4.925.186
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.358.164	1.666.828
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.094.014	443.734
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	8.597	7.440
6.01.01.03	Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	2.644	-2
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	268.772	288.322
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	42.059	7.288
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco FNE)	207.066	484.448
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Risco FDNE)	38	22
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	130.716	41.055
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	57.715	50.077
6.01.01.10	Passivo Atuarial	207.231	193.716
6.01.01.11	Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	215.568	110.122
6.01.01.12	Atualização Monetária de Dívida Elegível a Capital	4.674	4.365
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	13.398	22.177
6.01.01.14	Ativo Fiscal Diferido	96.367	23.405
6.01.01.15	Reversão de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados SFH	-25	-71
6.01.01.18	Provisão para Encargos sobre Emissão de Letras Financeiras	16.607	0
6.01.01.19	Atualização Monetária de Depósitos Recursais	-7.277	-9.270
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	816.895	3.258.358
6.01.02.01	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	206.896	-33.453
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependência	-6.687	-72.346
6.01.02.03	Operações de Crédito	-142.235	-213.393
6.01.02.04	Outros Créditos	-274.574	286.632
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-5.978	1.738
6.01.02.06	Depósitos	8.637	104.488
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	-18.794	354.363
6.01.02.08	Recusos de Aceites e Emissão de Títulos	15.074	207.767
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-66.011	-335.649
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	564.072	-211.522
6.01.02.11	Outras Obrigações	691.983	3.472.011
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-184.266	-294.233
6.01.02.13	Ajustes de Exercícios Anteriores	28.012	-8.057
6.01.02.14	Estorno e Realização da Reserva de Reavaliação	796	12
6.01.02.15	Realização da Reserva de Reavaliação de junho de 2019	-30	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.004.100	-8.065.530
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-67.789	-7.084
6.02.03	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-6.669	-66
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	1.328	1.524
6.02.06	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	3.206	43

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.02.07	Baixa de Ativos Intangível	19.385	0
6.02.08	Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-2.953.561	-8.059.947
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.518.276	-290.726
6.03.01	Pagamentos de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	-131.538	-93.888
6.03.02	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	-178.156	-196.838
6.03.03	Pagamentos Eurobônus	-1.208.582	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.347.317	-3.431.070
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.615.109	12.841.968
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.267.792	9.410.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	13.979	2.277.391	28.471	-950.962	4.212.879
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-488	0	-488
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	13.979	2.277.391	27.983	-950.962	4.212.391
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.094.014	0	1.094.014
5.05	Destinações	0	0	0	588.010	-855.166	0	-267.156
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-17.596	0	-17.596
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-249.560	0	-249.560
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	588.010	-588.010	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	37.239	-37.239	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	550.771	-550.771	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-45	0	-1.546	37.377	35.786
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	400.788	400.788
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-45	0	-1.546	0	-1.591
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-363.411	-363.411
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	969.000	0	0	-969.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	969.000	0	0	-969.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	3.813.000	0	13.934	1.896.401	265.285	-913.585	5.075.035

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.022	1.685.026	76.458	-850.954	3.768.552
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-8.057	0	-8.057
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.022	1.685.026	68.401	-850.954	3.760.495
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	443.734	0	443.734
5.05	Destinações	0	0	0	171.535	-271.223	0	-99.688
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-99.688	0	-99.688
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	171.535	-171.535	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.591	-11.591	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	159.944	-159.944	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-28	0	40	60	72
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-111.464	-111.464
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-28	0	40	0	12
5.07.05	Ajuste de Títulos e Valores Patrimoniais	0	0	0	0	0	111.524	111.524
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	13.994	1.856.561	240.952	-850.894	4.104.613

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	6.561.143	5.967.859
7.01.01	Intermediação Financeira	4.340.245	3.972.910
7.01.02	Prestação de Serviços	1.972.396	1.846.047
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-310.830	-295.610
7.01.04	Outras	559.332	444.512
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.150.575	-2.580.047
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-917.025	-888.248
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-68.979	-64.739
7.03.02	Serviços de Terceiros	-512.738	-464.281
7.03.04	Outros	-335.308	-359.228
7.04	Valor Adicionado Bruto	3.493.543	2.499.564
7.05	Retenções	-8.597	-7.440
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.597	-7.440
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.484.946	2.492.124
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.484.946	2.492.124
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	3.484.946	2.492.124
7.09.01	Pessoal	1.360.431	1.261.740
7.09.01.01	Remuneração Direta	948.623	858.286
7.09.01.02	Benefícios	345.183	338.997
7.09.01.03	F.G.T.S.	66.625	64.457
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.003.405	759.818
7.09.02.01	Federais	972.511	733.136
7.09.02.02	Estaduais	63	29
7.09.02.03	Municipais	30.831	26.653
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	27.096	26.832
7.09.03.01	Aluguéis	27.096	26.832
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.094.014	443.734
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	249.560	99.689
7.09.04.02	Dividendos	17.596	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	826.858	344.045

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou no terceiro trimestre de 2019 um total de 1.309.246 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito. Essas operações somaram R\$ 9,8 bilhões – crescimento de 2,0% em relação ao mesmo período de 2018.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2019 foram contratadas 156.210 operações e o montante de R\$ 6,3 bilhões com recursos do Fundo, o que representa redução de 11,1% no valor contratado e 7,2% na quantidade de operações, em relação ao terceiro trimestre de 2018

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,6 bilhões, contratando 1.122.328 operações no terceiro trimestre de 2019 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o terceiro trimestre de 2018, o BNB apresentou incrementos de 21,3% e 8,9%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 143.536 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 825,2 milhões no período, o que representa acréscimo de 4,5% no valor contratado e de 4,6% na quantidade de operações, em relação ao terceiro trimestre de 2018.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No terceiro trimestre de 2019 foram contratadas nesta modalidade a quantidade 138.957 operações com agricultores familiares, que totalizaram R\$ 699,7 milhões (crescimento de 7,5% em relação a igual período de 2018).

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 3,3 bilhões no terceiro trimestre de 2019, totalizando 1.261.285 operações em apoio aos micro empreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados representaram crescimentos de 18,1% no valor contratado e 8,6% na quantidade de operações, comparando com o mesmo período de 2018.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 916,5 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2019 e 11.106 operações, apresentando crescimentos de 24,9% no valor contratado e 19,8% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 349,2 milhões no terceiro trimestre de 2019. Esse valor supera em 79,2% o resultado do terceiro trimestre de 2018, quando o Banco atingiu o valor de R\$ 194,9 milhões.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Trimestres findos em 30 de Setembro de 2019 e de 2018****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 22- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 23- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 24- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 25- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 26- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
	Nota 27 - Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 28- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 29- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Notas Explicativas

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio, neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge*, compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº

Notas Explicativas

2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, esta calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do Ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens, conforme a seguir: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, estes créditos são registrados em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen nº 3.171/2002.

Notas Explicativas

A Resolução CMN nº 3.059/2002 determina os critérios essenciais para a constituição e manutenção dos créditos Tributários do IRPJ/CSLL, dentre os quais, menciona-se:

- apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício em referência;
- haver expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros no prazo máximo de 10 anos; e
- reavaliar a cada balanço semestral e anual, procedendo à baixa do crédito quando: a) não atendidas as condições anteriores; ou b) os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos; ou c) da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional da instituição.

No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, a legislação societária não estabeleceu critérios para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em Perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações, etc.);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996: cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim

Notas Explicativas

de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

Notas Explicativas

Reapresentação de Saldos Comparativos

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, que passaram a ser reconhecidos à medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos.

Quanto aos créditos tributários sobre provisões atuariais, o Banco deixou de considerar o fluxo das contribuições estimadas nos próximos 10 anos como base de realização da parcela referente a perdas atuariais, bem como ajustou a base de cálculo do tributo diferido.

O Banco procedeu também ajustes de classificação de créditos tributários lançados às rubricas de Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Resultado do Exercício de 2017.

Adicionalmente, em 2019 o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de lucros acumulados e despesas de depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 30.09.2018, que estão sendo reapresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31.12.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo Permanente	193.002	48.778	241.780
Imobilizado de Uso	171.463	48.778	220.241
(Depreciação Acumulada)	(409.004)	48.778	(360.226)
Total do Ativo	58.628.963	48.778	58.677.741
Passivo Exigível a Longo Prazo	38.158.465	17.920	38.176.385
Outras Obrigações	30.583.957	17.920	30.601.877
Fiscais e Previdenciárias	98.078	17.920	115.998
Patrimônio Líquido	4.182.021	30.858	4.212.879
Reservas de Reavaliação	11.592	2.387	13.979
Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA)	-	28.471	28.471
Total do Passivo	58.628.963	48.778	58.677.741

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	30.09.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Outras Despesas Administrativas	(937.092)	14.572	(922.520)
Despesa de Depreciação e Amortização	(22.012)	14.572	(7.440)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(335.108)	2.420	(332.688)
Provisão para Imposto de Renda	(166.154)	(3.643)	(169.797)
Provisão para Contribuição Social	(137.288)	(2.198)	(139.486)
Ativo Fiscal Diferido	(31.666)	8.261	(23.405)
Lucro Líquido	426.742	16.992	443.734
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R\$	4,941	0,197	5,138

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.09.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	3.875.169	229.444	4.104.613
Reserva de Reavaliação	11.592	2.402	13.994
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(984.622)	133.728	(850.894)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	147.638	93.314	240.952

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	30.09.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	426.742	16.992	443.734
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.012	(14.572)	7.440
Ativo Fiscal Diferido ⁽²⁾	(31.666)	55.071	23.405
Variações nos Ativos e Passivos	3.306.580	(48.222)	3.258.358
Outros Créditos ⁽¹⁾	326.620	(39.988)	286.632
Outras Obrigações	3.480.257	(8.246)	3.472.011
Reversão da Reserva de Reavaliação	-	12	12

⁽¹⁾ Inclui reapresentação referente à atualização monetária de depósitos recursais, no valor de R\$ 9.270

⁽²⁾ Refere-se à reapresentação do valor, que constou indevidamente com sinal negativo, em 30.09.2018

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	30.09.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Retenções	(22.012)	14.572	(7.440)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(22.012)	14.572	(7.440)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	762.238	(2.420)	759.818
Federais	735.556	(2.420)	733.136
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	426.742	16.992	443.734
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	327.053	16.992	344.045

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	30.09.2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	426.742	16.992	443.734
Outros Resultados Abrangentes	14.313	(14.213)	100
Realização de Reserva de Reavaliação	322	(146)	176
Efeito Tributário sobre a Realização de Reserva de Reavaliação	(145)	9	(136)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(60.275)	(14.076)	(74.351)
Resultado Abrangente	441.055	2.779	443.834

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.09.2019 e 30.09.2018.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 30.09.2019			01.01 a 30.09.2018 Reapresentado		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	3.441.815	2.405.825	5.847.639	3.126.068	2.262.353	5.388.421
Receitas de Operações de Crédito	1.990.963	-	1.990.963	1.372.095	-	1.372.095
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	879.414	1.222.647	2.102.061	800.986	1.262.054	2.063.040
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	47.343	-	47.343	213.887	-	213.887
Resultado de Operações de Câmbio	180.713	-	180.713	305.171	-	305.171
Resultado de Aplicações Compulsórias	19.166	-	19.165	18.717	-	18.717
Outras Receitas	324.216	1.183.178	1.507.394	415.212	1.000.299	1.415.511
Despesas	(1.223.465)	(1.451.958)	(2.675.423)	(1.622.220)	(1.739.441)	(3.361.661)
Despesas de Captação no Mercado	(693.216)	-	(693.216)	(838.406)	-	(838.406)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(219.419)	(1.237.940)	(1.457.359)	(488.204)	(1.253.437)	(1.741.641)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 9.e e 19.g)	(310.830)	(214.018)	(524.848)	(295.610)	(485.997)	(781.607)
Provisão Proagro a Receber	-	-	-	-	(7)	(7)
Margem Financeira	2.218.350	953.867	3.172.216	1.503.848	522.912	2.026.760
Rendas de Prestação de Serviços	479.374	1.422.168	1.901.542	421.857	1.368.047	1.789.904
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	70.854	-	70.854	56.143	-	56.143
Pasep e Cofins	(67.700)	(169.750)	(237.450)	(39.981)	(161.799)	(201.780)
Resultado após Tarifas e Comissões	2.700.878	2.206.285	4.907.162	1.941.867	1.729.160	3.671.027
Despesas Administrativas			(2.450.517)			(2.356.209)
Despesas de Pessoal			(1.497.799)			(1.433.689)
Depreciação e Amortização			(8.597)			(22.012)
Outras Despesas Administrativas			(944.121)			(900.508)
Outras Despesas			(577.627)			(421.148)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(188.430)			(91.650)
Lucro antes da Tributação e Participações			1.690.588			802.020)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(529.542)			(332.688)
Participações no Lucro			(67.032)			(25.598)
Lucro Líquido			1.094.014			443.734

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Disponibilidades em Moeda Nacional	134.165	129.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	4.335	3.879
Total da Disponibilidade de Caixa	138.500	133.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	6.129.292	7.481.681
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.267.792	7.615.109

(1) Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
a) Aplicações no Mercado Aberto	6.129.292	7.626.446
Revendas a Liquidar	6.129.292	7.481.681
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	-	144.765
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	91.407	153.538
Aplicações em Moedas Estrangeiras	16.288	45.188
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	75.119	108.350
Total	6.220.699	7.779.984
Saldo de Curto Prazo	6.220.699	7.779.984

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	330.638	583.783
Posição Bancada	325.555	578.496
Posição Financiada	5.083	5.287
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	4.362	4.560
Total	335.000	588.343

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Títulos Disponíveis para Venda	38.878.184	35.550.260
Títulos Mantidos até o Vencimento	263.845	237.420
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	-	585.664
Total	39.142.029	36.373.344
Saldo de Curto Prazo	1.772.230	1.296.313
Saldo de Longo Prazo	37.369.799	35.077.031

a.2) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Títulos Disponíveis para Venda	30.09.2019									31.12.2018	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	13.000	-	15.342	1.506.851	36.561.048		37.898.737	38.096.241	197.504	35.065.997	(446.684)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	12.710	1.454.022	32.487.205	2020 a 2025	33.943.191	33.953.937	10.746	31.233.564	11.309
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.120.106	2050 a 2055	2.295.360	3.120.106	824.746	1.914.110	230.388
Letras Financeiras	-	-	-	52.829	819.562	2020 a 2022	908.488	872.391	(36.097)	1.807.566	(57.936)
Debêntures	13.000	-	2.602	-	131.033	2019 a 2041	710.467	146.635	(563.832)	107.133	(593.538)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.068	2027	3.688	3.068	(620)	3.397	(688)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	37425	-	(37.425)	-	(36.196)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	30	-	74	2019 a 2022	118	104	(14)	227	(23)
Cotas de Fundos de Investimentos	472	-	-	-	-		2.077	472	(1.605)	431	(1.605)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem Vencimento	1.605	-	(1.605)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	434	-	-	-	-	Sem Vencimento	434	434	-	400	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	38	-	-	-	-	Sem Vencimento	38	38	-	31	-
Títulos de Renda Variável	57.098	-	-	-	-		23.241	57.098	33.857	34.671	11.430
Outros Incentivos Fiscais – Finor	148	-	-	-	-	Sem Vencimento	109	148	39	171	62
Ações de Companhias Abertas	56.950	-	-	-	-	Sem Vencimento	23.132	56.950	33.818	34.500	11.368
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	4.537	140.528	579.308		724.404	724.373	(31)	449.161	(336)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	140.528	579.308	2020 a 2025	718.901	719.836	935	440.262	594
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	948	-	(948)	-	(916)
Debêntures	-	-	4.537	-	-	2019	4.555	4.537	(18)	8.899	(14)
Total da Categoria	70.570	-	19.879	1.647.379	37.140.356		38.648.459	38.878.184	229.725	35.550.260	(437.195)
Crédito Tributário (Nota 10.d e 20.c)									258.984		279.464
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)									(348.876)		(103.221)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									139.833		(260.952)

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 529.261 (R\$ 270.805 em 31.12.2018); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.225 (R\$ 3.081 em 31.12.2018); Garantias em Processos Judiciais R\$ 162.695 (R\$ 147.388 em 31.12.2018); e Demais Garantias R\$ 29.193 (R\$ 27.887 em 31.12.2018).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no

entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R\$ 229.725 ((R\$ 437.195) em 31.12.2018). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 139.833 ((R\$ 260.952) em 31.12.2018).

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.09.2019					31.12.2018			
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	34.402	-	229.443		263.845	244.066	237.420	184.507
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	184.981	2030	184.981	165.202	176.986	124.073
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	22.040	-	-	2019	22.040	22.040	13.923	13.923
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	14.839	2023	14.839	14.839	12.981	12.981
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	3.320	2025	3.320	3.320	2.289	2.289
FIP Brasil Agronegócios	-	12.362	-	-	2020	12.362	12.362	13.309	13.309
Nordeste III FIP	-	-	-	26.303	2023	26.303	26.303	17.932	17.932
Total da Categoria	-	34.402	-	229.443		263.845	244.066	237.420	184.507

⁽¹⁾Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

- a.3)** No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.4)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	330.638	583.783
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.362	4.560
Títulos de Renda Fixa	1.766.720	1.474.419
Títulos de Renda Variável	341	278
Total	2.102.061	2.063.040

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2019, o Banco não possui operações de *swap*, visto que os contratos venceram em 03.05.2019.

Especificação	31.12.2018	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-
3 a 12 meses	585.664	21.591
1 a 3 anos	-	-
Total	585.664	21.591

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2018				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.170.210	584.546	1.148.619	584.546	(21.591)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds</i> – <i>Senior Unsecured Notes</i>	1.170.493		1.148.033		(22.460)
Crédito Tributário (Nota 20.c)					-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d)					(8.984)

⁽¹⁾Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.150, em 31.12.2018, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds* – *Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
<i>Swap</i>	47.343	213.887
Total	47.343	213.887

Notas Explicativas**NOTA 8 – Créditos Vinculados****a) Créditos Vinculados**

Especificação	30.09.2019			31.12.2018		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios - Poupança	487.346	-	487.346	486.835	-	486.835
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	6.085	-	6.085	13.184	-	13.184
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	82.037	(8.350)	73.687	78.858	(8.277)	70.581
Total	575.468	(8.350)	567.118	578.877	(8.277)	570.600
Saldo de Curto Prazo	493.431	-	493.431	500.019	-	500.019
Saldo de Longo Prazo	82.037	(8.350)	73.687	78.858	(8.277)	70.581

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	16.061	15.782
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.178	3.006
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(74)	(71)
Total	19.165	18.717

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito**

Especificação	30.09.2019		31.12.2018	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.579.621	(663.341)	9.659.746	(616.930)
Curto Prazo	4.740.223	(381.053)	4.614.935	(346.763)
Longo Prazo	4.839.398	(282.288)	5.044.811	(270.167)
Outras Rubricas com Características de Crédito	921.724	(52.216)	883.584	(10.729)
Curto Prazo	904.792	(52.216)	880.453	(10.729)
Longo Prazo	16.932	-	3.131	-
Total	10.501.345	(715.557)	10.543.330	(627.659)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Adiantamentos a Depositantes	863	160
Empréstimos	4.743.892	4.460.331
Títulos Descontados	6.924	12.704
Financiamentos	1.543.191	1.540.865
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	26.719	10.616
Financiamentos Agroindustriais	5.249	5.965
Financiamentos Rurais	1.179.278	1.366.030
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.073.505	2.263.075
Subtotal de Operações de Crédito	9.579.621	9.659.746
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	20.444	11.787
Devedores por Compra de Valores e Bens	16.013	662
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	47.012	51.269
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 11.a)	838.255	819.866
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	921.724	883.584
Total	10.501.345	10.543.330

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Empréstimos e Títulos Descontados	827.742	630.025
Financiamentos	354.462	462.982
Financiamentos Agroindustriais	671	972
Financiamentos Rurais	416.217	190.946
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	391.871	87.170
Total	1.990.963	1.372.095

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2019	Total em 31.12.2018
Rural	15.240	2.221	7.722	25.631	60.032	1.043.299	1.154.145	1.293.076
Indústria	49.199	64.338	43.420	102.722	560.153	1.445.994	2.265.826	2.381.250
Governo	11.802	11.802	12.092	36.947	12.558	409.968	495.169	615.268
Outros Serviços	104.498	163.393	90.831	155.773	203.636	1.456.260	2.174.391	2.308.207
Comércio	838.918	728.980	595.613	970.582	317.085	199.652	3.650.830	3.395.694
Intermediários Financeiros	62	63	64	194	406	11.727	12.516	632
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	157
Pessoas Físicas	24.272	10.646	7.305	11.056	11.881	9.297	74.457	83.739
Total 30.09.2019	1.043.991	981.443	757.047	1.302.905	1.165.751	4.576.197	9.827.334	
Total 31.12.2018	953.785	874.408	711.446	1.281.809	1.384.987	4.871.588		10.078.023

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2019	Total em 31.12.2018
Rural	198	30	46	150	50	21	495	39.791
Indústria	3.213	3.077	2.994	8.934	15.599	135.395	169.212	36.626
Outros Serviços	5.955	4.770	4.237	10.794	18.006	83.930	127.692	87.010
Comércio	19.102	10.679	7.993	13.193	13.331	60.370	124.668	131.358
Intermediários Financeiros	2	2	2	5	10	17	38	45
Pessoas Físicas	271	224	233	498	781	1.094	3.101	2.851
Total 30.09.2019	28.741	18.782	15.505	33.574	47.777	280.827	425.206	
Total 31.12.2018	21.114	15.545	12.691	28.392	43.188	176.751		297.681

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽¹⁾	Total em 30.09.2019	Total em 31.12.2018
Rural	-	6	-	-	53	336	29.492	29.887	39.126
Indústria	1.293	7.644	24.131	9.388	44.072	1.658	8	88.194	7.169
Outros Serviços	2.796	3.706	5.279	2.586	6.923	6.190	70	27.550	28.819
Comércio	11.482	12.463	14.575	9.494	23.743	24.360	2	96.119	84.726
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	2	5	-	10	27
Pessoas Físicas	29	633	821	658	1.883	3.018	3	7.045	7.759
Total 30.09.2019	15.601	24.452	44.807	22.127	76.676	35.567	29.575	248.805	
Total 31.12.2018	14.772	13.229	17.966	13.816	31.026	39.277	37.540		167.626

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2019				31.12.2018			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.153.882	-	3.153.882	-	3.722.942	-	3.722.942	-
A	5.084.370	-	5.084.370	(25.422)	4.696.442	-	4.696.442	(23.482)
B	651.813	40.315	692.128	(6.921)	714.345	29.577	743.922	(7.439)
C	557.134	37.919	595.053	(17.852)	529.726	30.253	559.979	(16.799)
D	79.023	92.815	171.838	(17.184)	158.894	24.218	183.112	(18.311)
E	38.262	28.803	67.065	(20.120)	32.733	28.424	61.157	(18.347)
F	21.610	119.051	140.661	(70.330)	13.275	24.010	37.285	(18.642)
G	73.482	55.252	128.734	(90.114)	16.302	29.876	46.178	(32.326)
H	167.758	299.856	467.614	(467.614)	193.364	298.949	492.313	(492.313)
Total	9.827.334	674.011	10.501.345	(715.557)	10.078.023	465.307	10.543.330	(627.659)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Notas Explicativas**d) Movimentação da Provisão no Período**

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	627.659	950.848
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	310.774	460.408
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(222.876)	(783.597)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	715.557	627.659
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.848	27.238
(+) Constituição de Provisão no Período	154	834
(-) Reversão de Provisão no Período	(591)	(224)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.411	27.848
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	742.968	655.507

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	268.772	288.322
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	43.166	6.640
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(1.164)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	310.774	294.962
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	112	798
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(56)	(150)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	310.830	295.610

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2019		31.12.2018	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Outras Fianças Bancárias	-	-	450	-
Setor Público	26.876.503	(2.754.767)	24.029.174	(2.990.936)
FDNE (Notas 16.i e 21.f.2)	134.880	(1.261)	131.323	(1.222)
FNE (Notas 16.i e 21.f.2)	26.736.903	(2.753.499)	23.887.363	(2.989.707)
Proagro (Notas 16.i e 21.f.2)	4.720	(7)	10.488	(7)

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.09.2019		31.12.2018	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.025.541	19,29	2.079.899	19,73
50 maiores devedores	4.229.039	40,27	4.340.102	41,16
100 maiores devedores	4.822.021	45,92	4.942.422	46,88

h) Até o 3º trimestre de 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 391.871 (R\$ 87.171 em 30.09.2018) e as renegociações totalizaram R\$ 922.116 (R\$ 287.315 em 30.09.2018).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2019	31.12.2018 Reapresentado
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	920.079	868.658
b) Rendas a Receber	17.223	15.938
c) Negociação e Intermediação de Valores	20	12
d) Diversos	3.792.478	3.660.718
Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Provisões Contingenciais e PID (Nota 20.c)	1.216.373	1.322.540
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 20.c)	1.151.750	891.040
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2 e 20.c)	258.984	288.101
Devedores por Depósitos em Garantia	520.785	410.721
Impostos e Contribuições a Compensar	308.162	356.473
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	47.012	51.269
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.586	1.986
Pagamentos a Ressarcir	2.523	2.409
Valores a Receber Bônus Rebate	59.802	85.167
Outros Valores	163.753	224.264
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(79.627)	(38.577)
Com Características de Concessão de Crédito	(52.216)	(10.729)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.411)	(27.848)
Total	4.650.173	4.506.749
Saldo de Curto Prazo	2.384.345	2.402.198
Saldo de Longo Prazo	2.265.828	2.104.551

Notas Explicativas**NOTA 11 – Carteira de Câmbio****a) Composição**

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	920.079	868.658
Câmbio Comprado a Liquidar	898.729	856.751
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.040	5.354
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.134)	(5.233)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	20.444	11.786
Ativo Circulante (Nota 10.a)	920.079	868.658
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	3.570	5.319
Obrigações por Compras de Câmbio	839.785	819.866
Câmbio Vendido a Liquidar	2.039	5.318
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(838.255)	(819.866)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	3.570	5.319

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Rendas de Câmbio	181.204	305.831
Despesas de Câmbio	(491)	(660)
Total	180.713	305.171

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.09.2019		30.09.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	1	-	1.261	1.261
Total	1.591	1	1.592	1.592	1.592

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.09.2019			30.09.2019		
	Saldo Contábil Reapresentado	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	79.826	3.983	(113)	(1.243)	263.167	(180.714)	82.453
Sistema de Processamento de Dados	76.477	11.953	(268)	(4.912)	181.628	(98.378)	83.250
Móveis e Equipamentos de Uso	33.378	2.522	(310)	(1.873)	80.106	(46.389)	33.717
Terrenos	17.576	-	(606)	-	16.970	-	16.970
Instalações	5.350	400	(8)	(79)	19.232	(13.569)	5.663
Sistema de Comunicação	50	62	(2)	(7)	307	(204)	103
Sistema de Segurança	7.348	71	(19)	(250)	18.142	(10.992)	7.150
Sistema de Transporte	236	19	-	(234)	14.351	(14.330)	21
Total	220.241	19.010	(1.326)	(8.598)	593.903	(364.576)	229.327

c) Intangível

Especificação	31.12.2018	01.01.2019 a 30.09.2019			30.09.2019	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas ⁽¹⁾	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.948	-	(19.385)	-	563	563
Total	19.948	-	(19.385)	-	563	563

(1) refere-se à baixa, por *impairment*, do Ativo que aloca os custos de aquisição de licença para uso de software ERP, medida esta adotada pela administração do Banco em face de resultado de estudo realizado durante o 1º semestre, em que concluiu que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2019	Total em 31.12.2018
Depósitos a Vista	359.322	-	-	-	-	-	359.322	328.683
Depósitos de Poupança	2.442.596	-	-	-	-	-	2.442.596	2.433.765
Depósitos Interfinanceiros	933.895	426.905	-	-	-	-	1.360.800	1.559.993
Depósitos a Prazo	733.118	1.191.728	3.994.504	1.790.570	933.700	29.959	8.673.579	8.491.820
Depósitos a Prazo	375.227	1.174.610	2.214.375	1.701.847	808.367	29.959	6.304.385	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	353.098	-	-	-	-	-	353.098	338.746
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.776.360	88.723	88.723	-	1.953.806	1.774.562
FAT Recursos Disponíveis	802	1.338	171	-	-	-	2.311	29.249
FAT Recursos Aplicados	3.991	11.199	3.598	-	-	-	18.788	36.905
Outros	-	4.581	-	-	36.610	-	41.191	43.612
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	55.840	62.111	-	-	-	-	117.951	1.311.459
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	-	-	-	-	-	-	-	1.149.183
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	55.840	45.504	-	-	-	-	101.344	162.276
Letras Financeiras - encargos	-	16.607	-	-	-	-	16.607	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.801.040	1.801.040	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	2.503.628	2.503.628	2.369.446
Total em 30.09.2019	4.524.771	1.680.744	3.994.504	1.790.570	933.700	4.334.627	17.258.916	
Total em 31.12.2018	4.005.491	4.056.596	3.938.740	1.061.156	1.036.782	3.396.401		17.495.166

Notas Explicativas**b) Depósitos**

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Depósitos a Vista	359.322	328.683
Depósitos de Governos	5.330	6.039
Depósitos Vinculados	152.563	136.476
Pessoas Jurídicas	158.744	153.133
Pessoas Físicas	42.030	32.647
Outros Valores	655	388
Depósitos de Poupança	2.442.596	2.433.765
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.632.565	1.580.066
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	809.158	852.933
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	873	766
Depósitos Interfinanceiros	1.360.800	1.559.993
Depósitos a Prazo	8.673.579	8.491.820
Depósitos a Prazo	6.304.385	6.268.746
Depósitos Judiciais com Remuneração	353.098	338.746
Outros Depósitos a Prazo	2.016.096	1.884.328
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 25 e 27.a.1)	21.099	66.154
Recursos Disponíveis (Nota 25)	2.311	29.249
Proger Urbano	-	9.360
Protrabalho	865	1.778
Infraestrutura	-	1.286
PNMPO	1.446	16.825
Recursos Aplicados (Nota 25)	18.788	36.905
Proger Urbano	-	190
Protrabalho	18.074	22.196
PNMPO	714	14.519
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.953.806	1.774.562
Outros Valores	41.191	43.612
Total	12.836.297	12.814.261
Saldo de Curto Prazo	6.087.564	6.750.628
Saldo de Longo Prazo	6.748.733	6.063.633

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Carteira Própria	1.362.687	1.236.716
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.362.687	1.236.716
Carteira de Terceiros	-	144.765
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	144.765
Total	1.362.687	1.381.481
Saldo de Curto Prazo	1.353.462	1.372.662
Saldo de Longo Prazo	9.225	8.819

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Despesas de Captações	(606.444)	(788.472)
Depósitos a Prazo	(273.849)	(251.727)
Depósitos de Poupança	(62.742)	(60.566)
Depósitos Judiciais	(13.399)	(22.177)
Depósitos Interfinanceiros	(28.826)	(31.298)
Depósitos Especiais	(83.191)	(83.806)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(136.492)	(330.605)
Outros Depósitos	(7.945)	(8.293)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(86.772)	(49.934)
Carteira de Terceiros	(5.084)	(5.287)
Carteira Própria	(65.081)	(44.647)
Letras Financeiras	(16.607)	-
Total	(693.216)	(838.406)

Notas Explicativas**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2019	Total em 31.12.2018
Empréstimos no Exterior	713.142	232.908	-	-	-	-	946.050	900.437
Repasses do País	34.335	83.856	305.485	321.053	403.768	38.465	1.186.962	1.222.018
Repasses do Exterior	61.116	56.141	156.521	157.738	72.516	-	504.032	580.602
Total em 30.09.2019	808.593	372.905	462.006	478.791	476.284	38.465	2.637.044	
Total em 31.12.2018	190.074	1.010.927	472.715	492.940	498.921	37.480		2.703.057
Saldo de Curto Prazo							1.181.498	1.201.001
Saldo de Longo Prazo							1.455.546	1.502.056

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2019	31.12.2018
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	497	482
BNDES		1.133.426	1.155.450
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	741.216	767.975
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Varição Cambial 2,00 a 4,00	392.210	387.475
Finame		53.039	66.086
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00 TJLP 0,00 a 4,00 IPCA 9,41	31.797	44.393
Programa Agrícola	Varição Cambial 2,00 a 4,00	21.242	21.693
Total (Nota 27.a.1)		1.186.962	1.222.018
Saldo de Curto Prazo		118.191	131.908
Saldo de Longo Prazo		1.068.771	1.090.110

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2019	31.12.2018
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	946.050	900.437
Total		946.050	900.437
Saldo de Curto Prazo		946.050	900.437

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2019	31.12.2018
BID-Prodetur I	USD + 4,51	61.116	112.392
BID-Prodetur II	USD + 3,52	437.953	462.387
BID-Outros Programas	USD + 3,52	4.963	5.823
Total		504.032	580.602
Saldo de Curto Prazo		117.257	168.656
Saldo de Longo Prazo		386.775	411.946

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2019	01.01. a 30.09.2018
Despesas de Obrigações por Repasses	(169.037)	(289.981)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(75.002)	(101.694)
Tesouro Nacional	(15)	(30)
BNDES	(72.770)	(98.354)
Finame	(2.217)	(3.310)
Despesas de Repasses do Exterior	(94.035)	(188.287)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(163.749)	(286.253)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.124.573)	(1.165.407)
Total	(1.457.359)	(1.741.641)

Notas Explicativas**NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos****a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior**

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2019	Valor de Mercado em 30.09.2019	Valor de Mercado em 31.12.2018 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – SeniorUnsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	-	-	1.149.183
Total				-	-	-	1.149.183
Saldo de Curto Prazo						-	1.149.183

⁽¹⁾ A Obrigação foi liquidada em 03.05.2019⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.**b) Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares**

Especificação	Remuneração	Valor Nominal	30.09.2019	31.12.2018
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,27% do CDI	97.523	101.344	162.276
Letras Financeiras – encargos contratuais			16.607	-
Total			117.951	162.276
Saldo de Curto Prazo			117.951	162.276

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 86 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2019	31.12.2018 Reapresentado
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	110.132	1.477
Recursos do Proagro	52	227
Recebimento de Tributos Federais	107.228	35
IOF a Recolher	855	783
Outros Tributos e Assemelhados	1.997	432
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	3.570	5.319
c) Sociais e Estatutárias	67.830	179.662
Remuneração do Capital a Pagar	482	131.418
Participações nos Lucros	67.348	48.244
d) Fiscais e Previdenciárias	1.064.419	712.182
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	593.414	298.010
TVM e IFD (Nota 20.d)	348.876	103.221
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	1.561	1.591
Decorrentes de Créditos Recuperados, Item Objeto de Hedge e Depreciação Diferida (Nota 20.d)	242.977	193.198
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 20.a.2)	383.425	310.412
Imposto de Renda	236.487	166.581
Contribuição Social	146.938	143.831
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	87.580	103.760
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	25.199.971	25.472.735
FNE (Nota 27.a.1)	24.331.731	24.585.592
Outros Valores	868.240	887.143
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.801.040	1.000.000
Principal Autorizado (Notas 17 e 27.a.1)	1.000.000	1.000.000
Complementar Autorizado (Nota 17)	801.040	-
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17 e 27.a.1)	2.503.628	2.369.446
i) Diversas	7.124.130	6.485.206
Provisão para Contingências	644.426	401.730
Trabalhistas (Nota 21.f.1.ii)	324.324	206.531
Cíveis (Nota 21.f.1.iii)	185.841	146.964
Fiscais	10.976	-
Outras Causas Fiscais (Nota 21.a.1.ii)	6.503	15.769
Outras Contingências	116.782	32.466
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	81.864	-
Outros (Nota 21.f.1.iv)	34.918	32.466
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.f.2)	2.754.767	2.990.936
FNE (Notas 9.f e 21.f.2.i)	2.753.499	2.989.707
Repasses	985	1.017
Risco Integral BNB	24.718	59.135
Risco Compartilhado	2.727.796	2.929.555
FDNE (Notas 9.f e 21.f.2.ii)	1.261	1.222
Proagro (Notas 9.f e 21.f.2.iii)	7	7
Passivos Atuariais	2.879.374	2.227.601
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 23 e 27.a.2)	684.004	606.070
Plano de Assistência Médica (Notas 23 e 27.a.2)	2.011.494	1.474.370
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 23 e 27.a.2)	183.876	147.161
Provisão para Pagamentos a Efetuar	602.642	505.807
Despesa de Pessoal	274.539	249.489
Outros Valores	112.535	82.836
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	215.568	173.482
Outros Valores	242.921	359.132
Total	37.874.873	36.226.180
Saldo de Curto Prazo	5.024.930	5.622.712
Saldo de Longo Prazo	32.849.943	30.603.468

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 26.g.ii)

a) PR Nível I - Capital Principal:

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do

Notas Explicativas

fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2019	31.12.2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 27.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

b) PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2019	31.12.2018
Letras Financeiras ⁽¹⁾ Nota 16.g	801.040	117% da Selic	06.2019	801.040	-
Saldo de Longo Prazo				801.040	-

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente.

c) PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	2.503.628	2.369.446
Recursos disponíveis	1.563.583	1.379.634
Recursos aplicados	940.045	989.812
Total (Notas 16.h e 27.a.1)	2.503.628	2.369.446

NOTA 18 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 3.813.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2018), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.09.2019		31.12.2018	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.415	55,45	44.049.447	51,00
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19	6.217.900	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) ⁽¹⁾	-	-	3.846.968	4,45
Outros	2.063.481	2,39	2.051.581	2,38
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

⁽¹⁾ Saldo de ações transferido para a União Federal no processo de extinção do FND

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 969.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.844.000 para R\$ 3.813.000, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.934 (R\$ 13.994 em 30.09.2018, reapresentado) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565,

Notas Explicativas

de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 1.546 (R\$ 40 em 30.09.2018) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

c) Dividendos/JCP

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 09.08.2019, foi aprovada a distribuição de Dividendos Antecipados do exercício, sendo R\$ 17.507 sob a forma de Dividendos e R\$ 166.842 sob a forma de JCP imputados aos dividendos, perfazendo um montante bruto de R\$ 184.349, e líquido de R\$ 183.832, correspondente a um benefício, líquido de imposto de renda, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre (R\$ 53.372 em 30.06.2018), tendo o pagamento ocorrido em 28.08.2019. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários da ordem de R\$ 66.737 (R\$ 23.770 em 30.06.2018).

d) Pagamento de JCP do exercício de 2018

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2018, de R\$ 131.078. O pagamento dos JCP ocorreu em 08.05.2019.

e) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

Especificação	30.09.2019	30.09.2018
1. Lucro Líquido do Período	1.094.014	426.742
2. Reserva Legal Calculada	(54.700)	(21.337)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(18.840)	(13.922)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.927)	177
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	48.778	5.865
6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	1.065.325	397.525
7. Dividendos	17.596	-
8. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos	249.560	99.689
9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(773)	(308)
10. JCP Líquido (item 8 - item 9)	248.787	99.381

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre. No 1º semestre de 2019 foi de R\$ 37.239 (R\$ 11.591 em 30.06.2018).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No 1º semestre de 2019 foi constituído o valor de R\$ 550.771 (R\$ 159.994 em 30.06.2018).

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.09.2019	30.09.2018 Reapresentado
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda ⁽¹⁾	400.788	(111.464)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) ⁽¹⁾	(363.411)	111.524
Ajuste de Avaliação Patrimonial⁽¹⁾	37.377	60

⁽¹⁾ líquido dos efeitos tributários

Notas Explicativas**NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 30.09.2019	01.01. a 30.09.2018 Reapresentado
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.901.542	1.789.904
Administração de Fundos de Investimentos	41.013	30.925
Administração de Fundos e Programas	1.439.693	1.398.403
Prestação de Serviços	420.836	360.576
b) Rendas de Tarifas Bancárias	70.854	56.143
c) Despesas de Pessoal	(1.497.799)	(1.433.689)
Proventos	(870.847)	(821.047)
Encargos Sociais	(300.457)	(301.847)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(85.848)	(76.411)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(113.237)	(109.654)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(9.184)	(8.353)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(118.226)	(116.377)
d) Outras Despesas Administrativas	(952.718)	(922.520)
Processamento de Dados	(181.784)	(188.194)
Propaganda e Publicidade	(6.629)	(14.449)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(454.407)	(415.400)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(59.425)	(55.018)
Viagens	(11.946)	(13.018)
Comunicações	(18.387)	(19.612)
Depreciação e Amortização	(8.597)	(7.440)
Manutenção e Conservação de Bens	(36.650)	(36.553)
Vigilância, Segurança e Transporte	(68.524)	(67.987)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(7.329)	(8.097)
Serviços do Sistema Financeiro	(28.620)	(23.240)
Serviços Técnicos Especializados	(29.711)	(25.641)
Seguros	(2.884)	(1.119)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(24.797)	(29.852)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.771)	(1.403)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(4.266)	(4.305)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	(4.000)
Outros Valores	(6.991)	(7.192)
e) Despesas Tributárias (Nota 20.e)	(269.462)	(229.582)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(237.470)	(201.780)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(29.587)	(25.522)
Outros Valores	(2.405)	(2.280)
f) Outras Receitas Operacionais	1.513.049	1.413.003
"Del credere" de Fundos Administrados	1.182.732	1.005.140
Varição Cambial Negativa de Empréstimos	109.637	115.408
Varição Cambial Negativa Despesa de Captação	66.870	73.950
Varição Cambial Negativa Reclasif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.883	3.633
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	6.951	1.555
Recuperação de Encargos e Despesas	4.242	4.730
Reversão de Provisões Operacionais	15.548	9.954
Juros e Comissões	2.492	1.275
Correção Monetária	611	1.070
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	102.920	180.247
Outros Valores	17.163	16.041
g) Outras Despesas Operacionais	(948.063)	(970.999)
Varição Cambial da Área de Câmbio	(2.983)	(1.667)
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(109.349)	(115.787)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(3.364)	(16)
Descontos Concedidos em Renegociações	(50.746)	(22.975)
Encargos de Operações de Crédito	(6.925)	(2.583)
Riscos Fiscais	(1.779)	(3.149)
Riscos com Operações do FNE	(214.018)	(485.997)
Riscos com Operações do FDNE	(41)	(2.790)
Causas Trabalhistas	(128.937)	(38.423)
Causas Cíveis	(55.116)	(47.251)
Outras Causas	(2.598)	(2.827)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	(215.568)	(110.121)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(63.856)	(71.688)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(70.327)	(48.182)
Atualização Monetária de IECP	(4.674)	(4.365)
Outros Valores	(17.782)	(13.178)
Total	(182.597)	(297.740)

⁽¹⁾ Contém despesas até o 3º Trimestre de 2019, no valor de R\$ 383.998 (R\$ 354.908 em 30.09.2018), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata-se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

Notas Explicativas

NOTA 20 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018 (Reapresentado)	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018 (Reapresentado)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.690.588	802.020	1.690.588	802.020
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(67.032)	(25.597)	(67.032)	(25.597)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	-	(99.689)	-	(99.689)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	1.623.556	676.734	1.623.556	676.734
Adições/Exclusões Permanentes	(281.451)	(21.305)	(281.787)	(22.268)
Adições/Exclusões Temporárias	(362.181)	26.452	(362.182)	26.452
Resultado Tributável	979.924	681.881	979.587	680.918
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(244.963)	(170.452)	(146.938)	(136.184)
Deduções (Incentivos Fiscais)	8.477	8.301	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	18	19	11	15
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(236.468)	(162.132)	(146.927)	(136.169)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados, Depreciação, IFD e Item Objeto de Hedge.	(31.113)	(7.665)	(18.667)	(3.318)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(267.581)	(169.797)	(165.594)	(139.487)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(60.227)	4.722	(36.140)	(28.127)
Total de IRPJ/CSLL	(327.808)	(165.075)	(201.734)	(167.613)
Alíquota Efetiva (%)	20,19	24,39	12,43	24,77
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	30.09.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	30.09.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	236.468	166.557	146.927	143.811
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	19	24	11	20
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	236.487	166.581	146.938	143.831
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(163.591)	(212.423)	(82.524)	(134.040)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	72.896	(45.842)	64.414	9.791

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.09.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Resultado Antes dos Tributos e Participações	1.690.588	802.020
Encargo total de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(676.235)	(360.909)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(529.542)	(332.689)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(146.693)	(28.220)
PLR/JCP	(126.636)	(56.379)
Outras Rendas / FNE/DeI Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(17.312)	(13.942)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	1.106	3.758
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	1.271	17.065
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%) ⁽¹⁾	-	26.194
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(5.122)	(4.916)
Total da Carga Tributária Conciliada	(676.235)	(360.909)

⁽¹⁾No ano de 2018 a alíquota da CSLL era 20%, e o encargo total: 45%

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), Provisões para Benefícios Pós-Emprego, Rendas a apropriar (RAP), Provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) e Provisões Contingenciais (Trabalhista, Cível, Fiscal e Outras Causas) - são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº

Notas Explicativas

3.171, de 30.12.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.09.2019		31.12.2018		30.09.2019	31.12.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	711.030	426.632	802.220	526.293	1.137.662	1.328.513
Constituição	196.021	117.612	247.077	148.260	313.633	395.337
Realização/Reversão	(288.727)	(173.239)	(338.267)	(247.921)	(461.966)	(586.188)
Saldo Final (Nota 10.d)	618.324	371.005	711.030	426.632	989.329	1.137.662
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial						
Saldo Inicial	2.101	1.261	-	-	3.362	-
Constituição	1.059	635	2.708	1.753	1.694	4.461
Realização/Reversão	(243)	(146)	(607)	(492)	(389)	(1.099)
Saldo Final (Nota 10.d)	2.916	1.750	2.101	1.261	4.666	3.362
c) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	269.396	161.638	257.640	154.584	431.034	412.224
Constituição	40.573	24.343	14.480	8.689	64.916	23.169
Realização/Reversão	(29.050)	(17.430)	(2.724)	(1.635)	(46.480)	(4.359)
Saldo Final (Notas 3 e 10.d)	280.919	168.551	269.396	161.638	449.470	431.034
d) Provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento						
Saldo Inicial	14.667	8.800	-	-	23.467	-
Constituição	99	60	14.667	8.800	159	23.467
Realização/Reversão	(14.766)	(8.860)	-	-	(23.626)	-
Saldo Final (Nota 10.d)	-	-	14.667	8.800	-	23.467
e) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	98.781	59.268	81.083	48.650	158.049	129.733
Constituição	64.329	38.599	44.261	26.556	102.928	70.817
Realização/Reversão	(24.124)	(14.475)	(26.563)	(15.938)	(38.599)	(42.501)
Saldo Final (Nota 10.d)	138.986	83.392	98.781	59.268	222.378	158.049
f) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	5.398	3.239	-	-	8.637	-
Constituição	308	185	16.906	10.143	493	27.049
Realização/Reversão	(5.706)	(3.424)	(11.508)	(6.904)	(9.130)	(18.412)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	5.398	3.239	-	8.637
g) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	3.128	1.877	-	5.005
Constituição	876	526	7.141	4.284	1.402	11.425
Realização/Reversão	(876)	(526)	(10.269)	(6.161)	(1.402)	(16.430)
Saldo Final (Nota 7.c.1e Nota 10.d)	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
h) TVM						
Saldo Inicial	173.455	106.009	164.744	105.550	279.464	270.294
Constituição	111.774	68.018	115.601	69.017	179.792	184.618
Realização/Reversão	(124.613)	(75.659)	(106.890)	(68.558)	(200.272)	(175.448)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	160.616	98.368	173.455	106.009	258.984	279.464
i) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	287.503	172.503	217.365	130.420	460.006	347.785
Constituição	151.421	90.853	117.019	70.212	242.274	187.231
Realização/Reversão	-	-	(46.881)	(28.129)	-	(75.010)
Saldo Final (Nota 10.d)	438.925	263.355	287.503	172.503	702.280	460.006

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
1. Total das Diferenças Temporárias	6.747.681	6.860.096	6.747.681	6.680.096
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.686.921	1.670.024	1.014.151	1.003.950
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.480.070	1.383.478	888.053	830.102
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	160.616	178.853	98.368	109.248
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.640.686	1.562.331	986.421	939.350
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	46.235	107.693	27.730	64.600

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2019	133.170	130.046	81.901	80.026	215.071	210.072
2020	166.019	155.379	99.612	93.227	265.631	248.606
2021	138.877	129.306	83.326	77.584	222.203	206.890
2022	88.716	79.807	53.230	47.884	141.946	127.691
2023	107.803	92.601	64.682	55.561	172.485	148.162
2024	166.711	131.032	100.027	78.619	266.738	209.651
2025	61.580	52.838	36.947	31.703	98.527	84.541
2026	59.704	51.442	35.823	30.865	95.527	82.307
2027	61.076	53.062	36.645	31.837	97.721	84.899
2028	48.210	40.612	28.925	24.367	77.135	64.979
Acima de 2028	608.820	603.310	365.303	361.992	974.123	965.302
Total	1.640.686	1.519.435	986.421	913.665	2.627.107	2.433.100

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2019		31.12.2018 (Reapresentado)		30.09.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	3.155	1.893	-	5.048
Constituição	876	526	7.217	4.330	1.402	11.547
Realização/Reversão	(876)	(526)	(10.372)	(6.223)	(1.402)	(16.595)
Saldo Final (Notas 7.c e 16.d)	-	-	-	-	-	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	103.935	62.359	73.219	46.460	166.294	119.679
Constituição	33.156	19.894	31.288	17.649	53.050	48.937
Realização/Reversão	(123)	(73)	(572)	(1.750)	(196)	(2.322)
Saldo Final (Nota 16.d)	136.968	82.180	103.935	62.359	219.148	166.294
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.615	3.369	-	-	8.984	-
Constituição	308	185	17.197	10.318	493	27.515
Realização/Reversão	(5.923)	(3.554)	(11.582)	(6.949)	(9.477)	(18.531)
Saldo Final (Notas 7.c.1 e 16.d)	-	-	5.615	3.369	-	8.984
d) Depreciação Diferida						
Saldo Inicial	11.200	6.720	6.495	3.897	17.920	10.392
Constituição	4.041	2.425	4.879	2.928	6.466	7.807
Realização/Reversão	(347)	(210)	(174)	(105)	(557)	(279)
Saldo Final (Notas 16.d)	14.894	8.935	11.200	6.720	23.829	17.920
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	994	597	1.019	628	1.591	1.647
Constituição	-	-	68	41	-	109
Realização/Reversão	(19)	(11)	(93)	(72)	(30)	(165)
Saldo Final (Nota 16.d)	975	586	994	597	1.561	1.591
e) TVM						
Saldo Inicial	64.156	39.065	24.848	15.139	103.221	39.987
Constituição	531.848	320.072	218.603	132.348	851.920	350.951
Realização/Reversão	(377.956)	(228.309)	(179.295)	(108.422)	(606.265)	(287.717)
Saldo Final (Notas 7.a.2 e 16.d)	218.048	130.828	64.156	39.065	348.876	103.221

Notas Explicativas

⁽¹⁾Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.09.2019, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2019	16.096	15.832	9.655	9.500	25.751	25.332
2020	19.693	18.108	11.816	10.865	31.509	28.973
2021	21.159	18.270	12.695	10.962	33.854	29.232
2022	21.093	17.116	12.656	10.270	33.749	27.386
2023	21.959	17.306	13.176	10.383	35.135	27.689
2024	17.819	12.746	10.691	7.648	28.510	20.394
2025	13.703	9.161	8.222	5.496	21.925	14.657
2026	8.555	5.333	5.133	3.200	13.688	8.533
2027	5.790	3.382	3.474	2.029	9.264	5.411
2028	4.975	2.722	2.985	1.633	7.960	4.355
Acima de 2028	220.043	213.290	132.026	127.974	352.069	341.264
Total	370.885	333.266	222.529	199.960	593.414	533.226

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(237.470)	(201.780)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(29.587)	(25.522)
Outros Valores	(2.405)	(2.280)
Total (Nota 19.e)	(269.462)	(229.582)

NOTA 21 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.09.2019		31.12.2018	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 21 f.1.i)	3.614.564	17.479	3.211.433	15.769
i) Obrigação Legal	10.976	10.976	2.022	2.022
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.603.588	6.503	3.209.411	13.747
Provável	6.503	6.503	13.747	13.747
Possível	3.432.620	-	3.048.220	-
Remota ⁽¹⁾	164.465	-	147.444	-
a.2) Trabalhistas	598.082	324.324	482.297	206.531
Provável (Nota 21 f.1.ii)	324.324	324.324	206.531	206.531
Possível	133.839	-	153.255	-
Remota	139.919	-	122.511	-
a.3) Causas Cíveis	7.526.348	185.841	6.593.396	146.964
Provável (Nota 21 f.1.iii)	185.841	185.841	146.964	146.964
Possível	1.733.446	-	938.909	-
Remota ⁽²⁾	5.607.061	-	5.507.523	-
a.4) Outras Contingências (Nota 21 f.1.iv)	1.050.858	34.918	946.799	32.466
i) Operações Securitizadas	5.474	5.474	5.620	5.620
ii) Outras	1.045.384	29.444	941.179	26.846
Provável	29.444	29.444	26.846	26.846
Possível	1.886	-	16.964	-
Remota	1.014.054	-	897.370	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 129.078, na posição de 30.09.2019 (R\$ 123.534 em 31.12.2018).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.129.756, na posição de 30.09.2019 (R\$ 3.023.399 em 31.12.2018). Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R\$ 2.257.877 em 30.09.2019 (R\$ 2.008.363 em 31.12.2018); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R\$ 386.508 em 30.09.2019 (R\$ 343.796 em 31.12.2018); iii) repetição de indébito e lucro cessante, R\$ 266.979 em 30.09.2019 (R\$ 237.476 em 31.12.2018); e iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R\$ 218.391 em 30.09.2019 (R\$ 194.256 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem, em 30.09.2019, R\$ 3.131.618 (R\$ 2.793.275 em 31.12.2018).

Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, o montante de R\$ 487.799, sendo R\$ 487.654 classificado com risco possível e R\$ 145 com risco provável (R\$ 433.893, sendo R\$ 433.764 com risco remoto e R\$ 129 com risco provável, em 31.12.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, R\$ 159.720 (R\$ 142.070 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, R\$ 77.020 (R\$ 68.509 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, R\$ 76.207 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, R\$ 53.293, sendo R\$ 51.504 classificado com risco possível e R\$ 1.789 com risco remoto (R\$ 45.336 em 31.12.2018, com risco possível).

Ação que visa indenização por danos morais e materiais. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, o montante de R\$ 50.199 (R\$ 44.652 em 31.12.2018).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 30.09.2019, R\$ 53.643 (R\$ 55.438 em 31.12.2018).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	208.384	108.634
Demandas Fiscais	143.465	140.337
Demandas Cíveis	132.281	127.699
Outras Demandas	45	-
Total	484.175	376.670

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.09.2019					31.12.2018				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Notas 16.i e 21.a.1)	15.769	2.135	(363)	(62)	17.479	13.328	4.967	(922)	(1.604)	15.769
ii) Trabalhistas (Notas 16.i e 21.a.2)	206.531	143.417	(14.480)	(11.144)	324.324	169.253	62.968	(15.118)	(10.571)	206.531
iii) Cíveis (Notas 16.i e 21.a.3)	146.964	74.112	(18.972)	(16.263)	185.841	116.349	104.816	(26.183)	(48.017)	146.964
iv) Outras (Notas 16.i e 21.a.4)	32.466	43.446	(40.994)	-	34.918	33.154	4.970	(2.904)	(2.754)	32.466

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2019				31.12.2018			
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão/ Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Notas 9.f e 16.i)	2.989.707	1.004.816	(1.241.024)	2.753.499	3.083.952	1.710.768	(1.805.013)	2.989.707
ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)	1.222	53	(14)	1.261	636	586	-	1.222
iii) Proagro (Notas 9.f e 16.i)	7	-	-	7	-	7	-	7

NOTA 22 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.09.2019	31.12.2018
Máxima	44.349,57	42.780,80
Mínima	1.832,05	1.756,24
Média	11.660,68	11.237,39

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	869.399,33	903.632,97	53.126,28	56.940,43	49.869,54	54.558,05
Menor remuneração individual ⁽³⁾	588.788,02	651.014,41	40.709,88	44.537,22	40.709,88	43.574,59
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	727.015,79	806.467,62	45.132,72	43.310,48	42.503,59	44.811,37
Número de membros ⁽⁵⁾	5,89	6,56	5,44	6,11	5,22	5,56

⁽¹⁾ Valores aprovados em Assembleia Geral.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 30.09.2019, o número de funcionários do Banco totalizava 6.795 (7.005 em 31.12.2018), registrando-se uma redução de 3,0% no quadro de pessoal.

NOTA 23 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de

Notas Explicativas

Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciários mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Notas Explicativas

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O corpo social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe a Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2019, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.09.2019, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.09.2018, 1:1).

Notas Explicativas

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuarias não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	BD	CV I	CAMED	SEGURO
Participantes	1.307	5.227	6.339	4.737
Assistidos (Aposentados válidos)	3.674	246	3.964	3.668
Assistidos (Aposentados inválidos)	165	3	-	-
Assistidos (Pensionistas)	1.217	38	1.220	-
TOTAL	6.363	5.514	11.523	8.405

f) Obrigação Líquida

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Plano BD (Notas 16.i e 27.a.2)	684.004	606.070
Plano Natural (Notas 16.i e 27.a.2)	2.011.494	1.474.370
Seguro de Vida (Notas 16.i e 27.a.2)	183.876	147.161

g) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 30.09.2019				01.01 a 30.09.2018			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.086)	1.038	(14.266)	679	(6.256)	701	(13.518)	1.211
2. Juros Líquidos	(37.723)	-	(99.025)	(9.868)	(26.832)	-	(96.167)	(9.570)
3. Total (item 1 + item 2)	(39.809)	1.038⁽¹⁾	(113.291)⁽²⁾	(9.189)⁽²⁾	(33.088)	701⁽¹⁾	(109.685)⁽²⁾	(8.359)⁽²⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 30.09.2019: R\$ 54; e 01.01 a 30.09.2018: R\$ 31 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 30.09.2019: R\$ 5; e 01.01 a 30.09.2018: R\$ 6.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(41.387)	(38.650)

⁽¹⁾Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 30.09.2019: R\$ 117; e 01.01 a 30.09.2018: R\$ 189.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
1. Despesas Administrativas	(4.769)	(4.862)

h) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	30.09.2019				30.09.2018			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
Ganhos (Perdas) atuariais	(92.964) ⁽¹⁾	(2.114) ⁽²⁾	(480.005) ⁽¹⁾	(30.601) ⁽¹⁾	(28.286) ⁽³⁾	(1.768) ⁽³⁾	213.446 ⁽³⁾	2.210

⁽¹⁾ Não houve avaliação atuarial no período, portanto, para o plano BD, Natural e Seguro de vida não há registro de ganhos (perdas) atuariais no período de 01.07 a 30.09.2019.

⁽²⁾ Os ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano CV I no período de 01.07 a 30.09.2019 referem-se ao efeito do teto de ativo.

⁽³⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2019: R\$ 1 e 01.01 a 30.06.2018: R\$ 257; do plano CV I: 01.01 a 30.06.2018: - R\$ 61 e do plano Natural: 01.01 a 30.06.2018: R\$ 15.

NOTA 24 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 87.550.548 (R\$ 82.046.352 em 31.12.2018), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 24.320.373 (R\$ 24.575.929 em 31.12.2018), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.103.757 (R\$ 1.133.567 em 30.09.2018).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

Notas Explicativas

c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos 30.09.2019	Provisão em 30.09.2019 ⁽²⁾	Saldos 31.12.2018	Provisão em 31.12.2018 ⁽²⁾
AA	20.221.642	-	15.264.524	-
A	17.633.042	44.303	16.111.654	40.472
B	6.345.499	32.029	6.597.508	33.423
C	1.716.570	25.746	1.865.307	27.960
D	1.210.165	60.399	1.038.784	51.886
E	901.337	135.350	997.889	149.863
F	314.154	78.767	305.047	76.574
G	415.187	145.357	306.642	107.328
H	4.481.694	2.231.548	4.992.689	2.502.201
Total	53.239.290	2.753.499	47.480.044	2.989.707⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em 30.09.2019, inclui R\$ 43.755 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 46.587 em 31.12.2018)

⁽²⁾ Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

- d)** Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.176.226 (R\$ 998.744 em 30.09.2018).
- e)** No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.041.751 (R\$ 1.064.331 em 30.09.2018), calculada à base de 2,7% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f)** A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Secca-2012/Custeio);
 - o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
 - o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
 - a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

Notas Explicativas

NOTA 25 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade ⁽¹⁾	30.09.2019	31.12.2018
Proger-Urbano Investimento	017/2006	-	373
Protrabalho Investimento	004/2007	104.831	107.606
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	390	15.859
Total		105.221	123.838

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 21.099 (R\$ 66.154 em 31.12.2018) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 2.311 (R\$ 29.249 em 31.12.2018).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2019		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.575	69	-	-	-
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	1.288	11	-	-	-
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	6.029	109	865	18.074	18.939
PNMPO	01/2010	RA	29.723	390	1.446	714	2.160
Total (Nota 13.b e Nota 27.a.1)			46.615	579	2.311	18.788	21.099

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2018		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.684	128	9.360	190	9.550
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	42.783	996	1.286	-	1.286
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	25.312	378	1.778	22.196	23.974
PNMPO	01/2010	RA	51.478	859	16.825	14.519	31.344
Total (Nota 13.b e Nota 27.a.1)			122.257	2.361	29.249	36.905	66.154

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 26– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos

Notas Explicativas

riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2019 a 2023, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13.12.2018. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal: www.bnb.gov.br.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal: www.bnb.gov.br.

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	30.09.2019	31.12.2018
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	42.455.785	37.950.059
Público	1.243.867	1.036.853
Privado	41.211.918	36.913.206
Comércio	3.941.771	3.923.129
Comércio Exterior	836.314	835.103
Indústria	7.133.874	7.223.793
Infraestrutura	12.316.365	8.855.282
Microfinança Urbana	3.651.992	3.288.408
Pessoas Físicas	131.761	129.389
Rural	8.521.570	8.079.973
Outros Serviços	4.678.271	4.578.129
Operações de Mercado	48.470.223	46.080.208
Títulos Públicos Federais	45.475.642	42.777.700
Operações Compromissadas	8.858.135	10.247.552
Outras	36.617.507	32.530.148
Depósitos Interfinanceiros	75.119	108.350
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.023.667	1.923.825
Outras Operações	1.895.795	1.270.333
Demais Ativos	4.855.336	5.414.501
Total	95.781.344	89.444.768

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa, monitoramento das maiores exposições a risco.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.502.453 (R\$ 3.674.323 em 31.12.2018). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.905.595 (R\$ 4.518.315 em 31.12.2018).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

Notas Explicativas

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.09.2019(%)	31.12.2018 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	761,51	978,89
	Média dos últimos 12 meses	880,85	965,33
	Máximo dos últimos 12 meses	1.114,25	1.460,41
	Mínimo dos últimos 12 meses	493,14	720,43

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. 	<p>Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para a área financeira;</p>

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	4.774.859	4.770.216	(4.643)	4.765.635	(9.224)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(191.232)	(191.740)	(508)	(192.275)	(1.043)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	2.249	2.248	(1)	2.247	(2)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	121.643	118.227	(3.416)	115.044	(6.599)
Cupom de IPCA	Aumento do cupom	(76.977)	(85.026)	(8.049)	(55.711)	-
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	203.875	202.838	(1.037)	201.832	(2.043)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.760.504)	(1.814.352)	(53.848)	(1.852.244)	(91.740)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.245.009	3.179.970	(65.039)	3.123.333	(121.676)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

Notas Explicativas

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 95.427 (R\$ 64.563 em 31.12.2018 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018	Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Disponibilidades	4.335	3.879	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.288	45.188	Relações Interdependências	8.793	7.996
Operações de Crédito	462.916	569.098	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	63.942	66.964
Outros Créditos	945.892	879.154	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	504.032	1.729.785
			Outras Obrigações	948.091	905.756
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.429.431	1.497.319	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.524.858	2.710.501
Operações de Swap	-	1.148.619			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.429.431	2.645.938	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.524.858	2.710.501

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.09.2019, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 15,61% (13,55% em 31.12.2018). O índice de Nível I ficou em 11,68% (9,00% em 31.12.2018) e o índice de Capital Principal em 10,22% (9,00% em 31.12.2018). O PR apurado foi de R\$ 8.718.015 (R\$ 6.541.685 em 31.12.2018), o Nível I ficou em R\$ 6.435.411 (R\$ 4.279.871 em 31.12.2018) e o Capital Principal em R\$ 5.634.371 (R\$ 4.279.871 em 31.12.2018), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 55.143.414 (R\$ 47.553.157 em 31.12.2018).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência (PR)	8.718.015	6.541.685
. Nível I	6.435.411	4.279.871
. Capital Principal	5.634.371	4.279.871
. Capital Complementar	801.040	-
. Nível II	2.282.604	2.261.814
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	55.143.414	47.553.157
. Parcela RWACPAD	44.170.823	37.903.465
. Parcela RWACAM	208.605	75.752
. Parcela RWAJUR	86.413	106.481
. Parcela RWACOM	4.125	4.812
. Parcela RWAOPAD	10.673.448	9.462.647
Margem sobre o PR Requerido	4.306.542	2.440.226
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	56.515	63.881
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	4.250.027	2.376.344
Margem sobre o PR Nível I Requerido	3.126.805	1.426.681
Margem sobre o Capital Principal Requerido	3.152.917	2.139.979
Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)⁽¹⁾	1.378.585	891.622
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	1.748.220	535.060
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,22%	9,00%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	11,67%	9,00%
. Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) ⁽²⁾	15,81%	13,76%
. Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	15,61%	13,55%

⁽¹⁾em dezembro/2018 era 1,875%.

⁽²⁾em dezembro/2018 era 8,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	8.718.015	6.541.685
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	6.435.411	4.279.871
Capital Principal	5.634.371	4.279.871
Capital Social	3.813.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.896.401	2.277.391
Reservas de Capital e de Reavaliação	13.934	11.592
Contas de Resultado Credoras	2.699.763	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.350.525)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(913.585)	(950.962)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(83.953)	-
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal (Nota 16.g)	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(440.664)	(902.150)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(563)	(19.947)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(437.206)	(850.937)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277	(2.895)	(31.266)
Capital Complementar	801.040	-
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar (Nota 16.g)	801.040	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.282.604	2.261.814
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.282.604
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	-	(20.790)

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar.

O instrumento de dívida e as letras financeiras subordinadas citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192/2013 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Res. 4.192/2013, também são perpétuos.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
PR Nível I	6.435.411	4.279.871
Exposição Total	95.875.995	90.347.459
Razão de Alavancagem (%)	6,71	4,74

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	8.718.014	6.541.685
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	4.359.007	3.270.842
Situação	230.919	173.054
Margem	4.128.088	3.097.789
Índice de imobilização	2,65%	2,65%

Notas Explicativas

NOTA 27 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 13.02.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 27)	21.099	66.154
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.186.962	1.222.018
Tesouro Nacional	497	482
BNDES	1.133.426	1.155.450
Finame	53.039	66.086
Outras Obrigações	28.618.948	28.755.883
FNE (Nota 16.f)	24.331.731	24.585.592
FDNE	683.311	697.939
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	100.278	102.906
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 17)	2.503.628	2.369.446
Total	29.827.009	30.044.055

a.2) Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

Especificação	30.09.2019	31.12.2018
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 16.i e 23)	684.004	606.070
Plano de Assistência Médica (Notas 16.i e 23)	2.011.494	1.474.370
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 16.i e 23)	183.876	147.161
Total	2.879.374	2.227.601

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Depósitos a Prazo - FAT	(83.191)	(83.806)
Tesouro Nacional	(16)	(29)
BNDES	(72.770)	(98.354)
Finame	(2.217)	(3.311)
FMM	(9.956)	(16.282)
FNE	251.996	234.058
FDNE	19.719	19.608
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	(215.568)	(110.121)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(134.183)	(119.870)
Plano de Aposentadoria e Pensão BD	(44.577)	(37.950)
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I	(40.233)	(37.760)
Plano de Assistência Médica	(113.236)	(109.653)
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego	(9.183)	(8.352)

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018
Honorários	2.600	3.095
Diretoria	2.190	2.619
Conselho de Administração	207	247
Conselho Fiscal	203	229
Outros	916	1.383
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	1.054	1.136
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.570	5.614
Benefícios Pós-Emprego	179	203
Total	4.749	5.817

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 28 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2019	01.01 a 30.09.2018 Reapresentado
Lucro Líquido	1.094.014	443.734
Outros Resultados Abrangentes	35.035	100
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	666.922	(178.245)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(266.134)	66.781
Realização da Reserva de Reavaliação	(3.903)	176
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	1.561	(136)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(605.685)	185.875
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	242.274	(74.351)
Resultado Abrangente	1.129.049	443.834

NOTA 29 – Outras Informações

a) A Nota Explicativa nº 23 está condensada nas informações trimestrais, em relação à apresentação nas Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30.06.2019, conforme CPC 21 (R1), em virtude de, no trimestre, não haver remensuração de cálculos atuariais sobre benefícios pós-emprego.

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 29 de outubro de 2019, e apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião de 12 de novembro de 2019.

Fortaleza (CE), 12 de novembro de 2019.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30.09.2019

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as informações correspondentes as demonstrações do resultado, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras intermediárias anteriormente divulgadas relativas aos períodos findos em 30 de setembro de 2018, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3 e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 9 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. levantadas em 30 de setembro de 2019.

Fortaleza, 29 de outubro de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente)– Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) - Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 12 de novembro de 2019, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. levantadas em 30 de setembro de 2019.

Fortaleza, 12 de novembro de 2019

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) - Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)